

■ COLEÇÃO GUIAS PRÁTICOS ■

OTIMIZAR A CONSULTA E A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO

(CITIUS, WORD E BASE DE DADOS)



NOVEMBRO 2018

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Diretor do CEJ

João Manuel da Silva Miguel, Juiz Conselheiro

Diretores Adjuntos

Paulo Alexandre Pereira Guerra, Juiz Desembargador

Luís Manuel Cunha Silva Pereira, Procurador-Geral Adjunto

Coordenador do Departamento da Formação

Edgar Taborda Lopes, Juiz Desembargador


Coordenadora do Departamento de Relações Internacionais

Helena Leitão, Procuradora da República

Grafismo

Ana Caçapo - CEJ





Hoje em dia já não é concebível o trabalho de quem exerce funções nas magistraturas sem o recurso a ferramentas informáticas, mas, para o seu uso eficiente é importante conhecê-las para um melhor aproveitamento.

Foi essa a perspectiva usada para a concepção e realização da acção de formação que está na base deste e-book: uma acção transversal que agora por todos pode ser aproveitada.

(ETL)

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Ficha Técnica

Nome:

Otimizar a consulta e a utilização de ferramentas de gestão (*citius*, *word* e bases de dados)

Coleção:

Guias Práticos

Plano de Formação 2017/2018:

Ferramentas de Gestão do *Citius* e de Pesquisa em Bases de Dados – 22 de junho 2018 ([programa](#))

Organização: Ana Massena e Gabriela Cunha Rodrigues

Intervenientes:

Anabela Sousa Gonçalves – Vice-Presidente e Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho

João Ferreira – Juiz de Direito do Juízo Central Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra

Paula Tomás – Chefe de Divisão CEDOC – Biblioteca do CEJ

Ruben Juvandes – Juiz de Direito, Adjunto no Conselho Superior da Magistratura

Revisão final:

Edgar Taborda Lopes – Juiz Desembargador, Coordenador do Departamento da Formação do CEJ

Ana Caçapo – Departamento da Formação do CEJ

Notas:

Para a visualização correta dos e-books recomenda-se o seu descarregamento e a utilização do programa Adobe Acrobat Reader.

Foi respeitada a opção dos autores na utilização ou não do novo Acordo Ortográfico.

Os conteúdos e textos constantes desta obra, bem como as opiniões pessoais aqui expressas, são da exclusiva responsabilidade dos/as seus/suas Autores/as não vinculando nem necessariamente correspondendo à posição do Centro de Estudos Judiciários relativamente às temáticas abordadas.

A reprodução total ou parcial dos seus conteúdos e textos está autorizada sempre que seja devidamente citada a respetiva origem.

Forma de citação de um livro eletrónico (NP405-4):

AUTOR(ES) – **Título** [Em linha]. a ed. Edição. Local de edição: Editor, ano de edição.
[Consult. Data de consulta]. Disponível na internet: <URL:>. ISBN.

Exemplo:

Direito Bancário [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2015.

[Consult. 12 mar. 2015].

Disponível na

internet: <URL: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Direito_Bancario.pdf.

ISBN 978-972-9122-98-9.

Registo das revisões efetuadas ao e-book

Identificação da versão	Data de atualização
1.ª edição – 21/10/2018	

Otimizar a consulta e a utilização de ferramentas de gestão (*citius*, *word* e bases de dados)

Índice

1. Como rentabilizar a utilização do <i>citius</i> e do <i>word</i> João Ferreira	9
2. Projecto Unalex.EU (The International Information System on Uniform Law) - Sistema de informação multilingue para a interpretação uniforme dos instrumentos no domínio da cooperação judiciária em matéria civil Anabela Sousa Gonçalves	41
3. ECLI - European Case Law Identifier Ruben Juvandes	55
4. Demonstração do OPAC (<i>Online Public Access Catalog</i>) da Biblioteca do CEJ e de outros recursos disponíveis on-line Paula Tomás	67

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

1.

COMO RENTABILIZAR A UTILIZAÇÃO DO CITIUS E DO WORD

João Ferreira



C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

1. COMO RENTABILIZAR A UTILIZAÇÃO DO *CITIUS* E DO *WORD*

João Ferreira*

1. Barra de ferramentas de acesso rápido do *word*
2. Barra de navegação no *word*
3. Criação de pastas no *citius*
4. Utilização de dois monitores
5. Visualização do processo digital
6. *Citius*
7. Formulários em *word*
8. *Adobe Reader* e Impressora *PDF*
9. *Copy-Paste* (Formatação de texto)
10. Definição da Barra de Ferramentas
11. Ficheiros só de Leitura
12. Painel de Navegação
13. Texto Automático
14. Transformar *PDF* ou Imagem em Texto

1. Barra de ferramentas de acesso rápido do *word*



* Juiz de Direito do Juízo Central Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra.

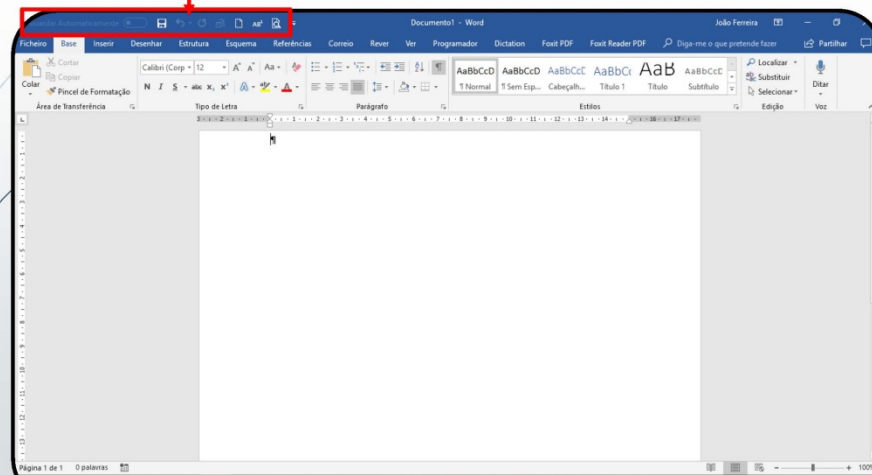
CEJ

VANTAGENS DA BARRA DE FERRAMENTAS DE ACESSO RÁPIDO:

- ▶ ACESSO IMEDIATO ÀS NOSSAS FUNÇÕES FAVORITAS OU DE UTILIZAÇÃO MAIS FREQUENTE
- ▶ MAIOR RAPIDEZ
- ▶ SEMPRE ACESSÍVEL INDEPENDENTEMENTE DA ABA QUE ESTEJA ABERTA

CEJ

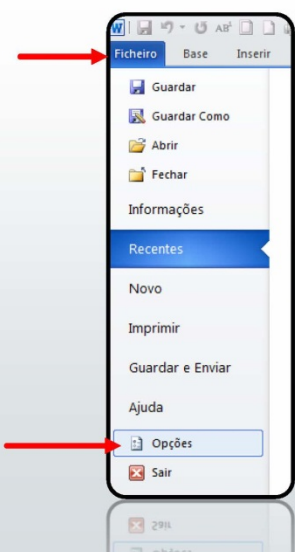
Barra de ferramentas de acesso rápido



CEJ

1º PASSO:

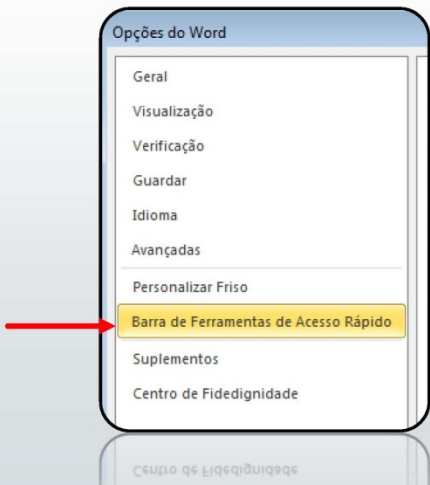
CLICAR EM FICHEIRO E
DEPOIS EM “Opções”



CEJ

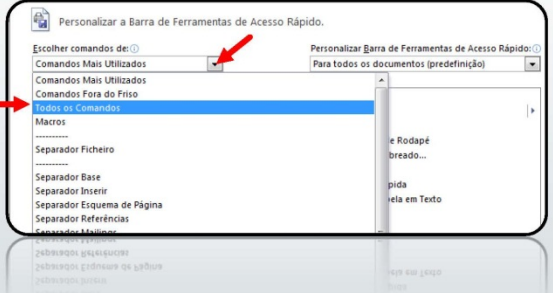
2º PASSO:

CLICAR EM “Barra de
Ferramentas de Acesso
Rápido”



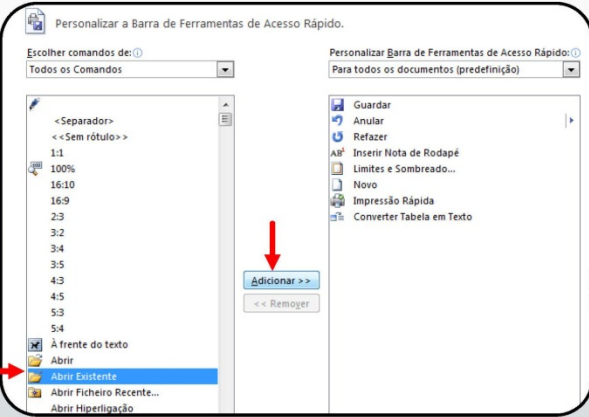
CEJ **3º PASSO:**

NA ABA “Personalizar a Barra de Ferramentas de Acesso Rápido” ESCOLHER A OPÇÃO “Todos os Comandos”



CEJ **4º PASSO:**

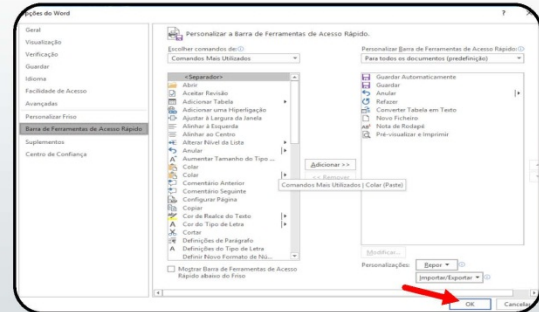
SELECIONAR CADA UM DOS ITENS A COLOCAR NA BARRA DE FERRAMENTAS DE ACESSO RÁPIDO E CLICAR EM ADICIONAR.



CEJ

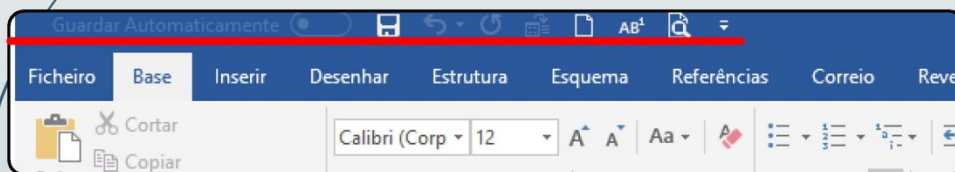
5º PASSO:

REPETIR O 4º PASSO TANTAS VEZES QUANTOS OS COMANDOS QUE SE QUEREM COLOCAR NA BARRA DE FERRAMENTAS DE ACESSO RÁPIDO E DEPOIS CLICAR EM "OK"



CEJ

TODOS OS COMANDOS SELECIONADOS ESTARÃO SEMPRE NO CIMO DA BARRA, IMEDIATAMENTE ACESSÍVEIS



2. Barra de navegação no word



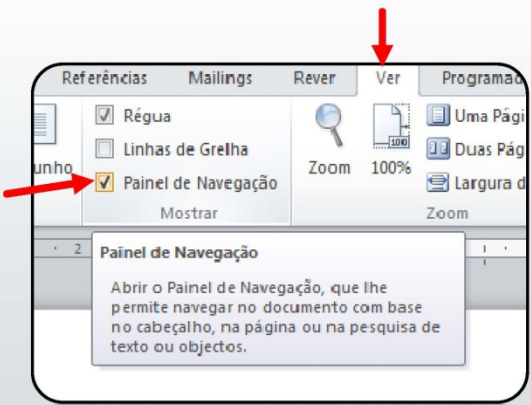
CEJ

VANTAGENS DA BARRA DE NAVEGAÇÃO:

- ▶ ACESSO IMEDIATO ÀS PARTES SELECCIONADOS DO TEXTO
- ▶ MAIOR RAPIDEZ
- ▶ MELHOR NAVEGAÇÃO EM DOCUMENTOS EXTENSOS (ex.: Acórdãos e Sentenças)

CEJ 1º PASSO:

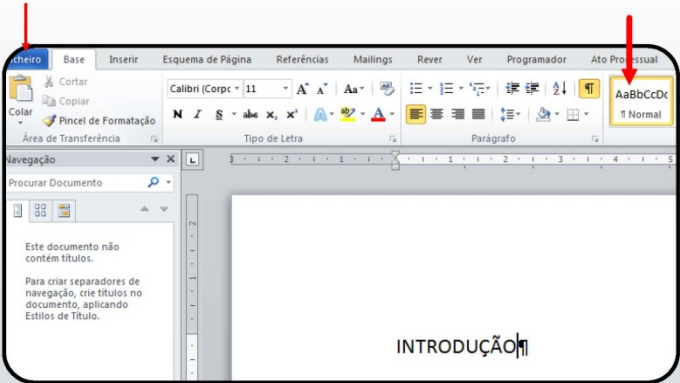
SELECCIONAR “Painel de Navegação” NA ABA “Ver”



Abriu o Painel de Navegação, que lhe permite navegar no documento com base no cabeçalho, na página ou na pesquisa de texto ou objectos.

CEJ

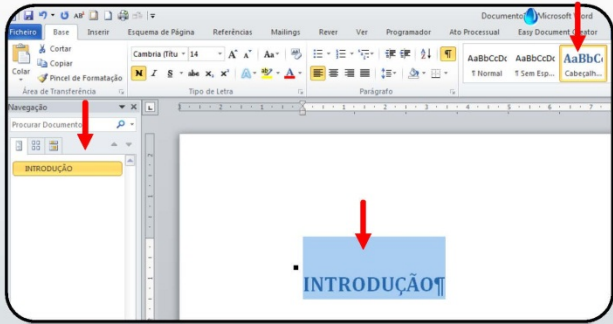
POR DEFEITO TODO O TEXTO É “Normal”.



INTRODUÇÃO

CEJ 2º PASSO:

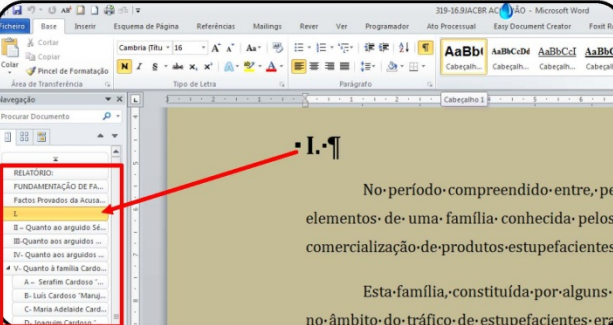
PARA TRANSFORMAR EM CABEÇALHO, SELECIONA-SE O TEXTO E CLICA-SE EM “Cabecalho”, PASSANDO O MESMO A CONSTAR DA BARRA DE NAVEGAÇÃO



The screenshot shows the Microsoft Word interface. In the ribbon, the 'Cabecalho' (Header) button is highlighted with a red arrow. In the 'Navegação' (Navigation) pane on the left, the 'INTRODUÇÃO' section is highlighted with a red arrow. The main document area shows the word 'INTRODUÇÃO' with a blue selection box and a red arrow pointing to it.

CEJ 3º PASSO:

REPETINDO O 2º PASSO CRIAMOS UM ÍNDICE PERSONALIZADO À ESQUERDA, PERMITINDO NAVEGAR PELO TEXTO DE FORMA MAIS RÁPIDA. BASTA CLICAR NO ÍTEM DO ÍNDICE PARA IR PARA ESSA PARTE DO TEXTO.



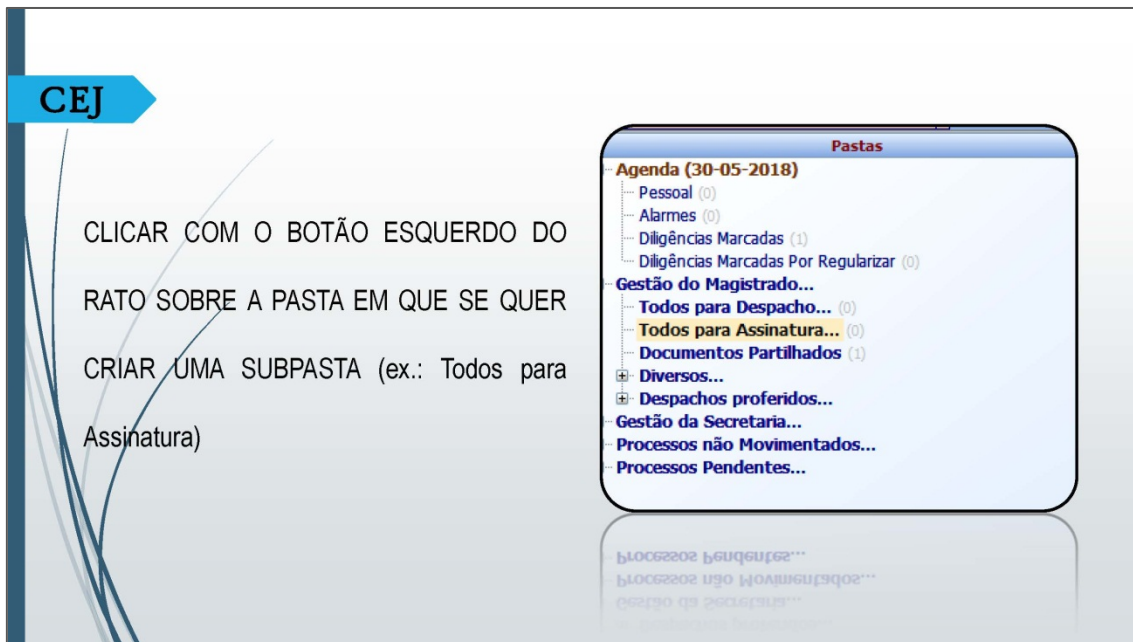
The screenshot shows the Microsoft Word interface. In the 'Navegação' (Navigation) pane on the left, a custom index is visible, with the 'RELATÓRIO' section highlighted by a red box and a red arrow. The main document area shows the text 'No período compreendido entre, pelos elementos de uma família conhecida pelos comercialização de produtos estupefacientes, Esta família, constituída por alguns e no âmbito do tráfico de estupefacientes er'.

3. Criação de pastas no citius



CEJ

CRIAÇÃO DE PASTAS NO CITIUS



CEJ

CLICAR COM O BOTÃO ESQUERDO DO RATO SOBRE A PASTA EM QUE SE QUER CRIAR UMA SUBPASTA (ex.: Todos para Assinatura)

Pastas

- Agenda (30-05-2018)
- ...Pessoal (0)
- ...Alarmes (0)
- ...Diligências Marcadas (1)
- ...Diligências Marcadas Por Regularizar (0)
- Gestão do Magistrado...
- ...Todos para Despacho... (0)
- ...Todos para Assinatura... (0)
- ...Documentos Partilhados (1)
- ...Diversos...
- ...Despachos proferidos...
- Gestão da Secretaria...
- ...Processos não Movimentados...
- ...Processos Pendentes...

CEJ

ESTANDO A PASTA SELECCIONADA (fica de cor laranja e letras vermelhas), CLICAR NO BOTÃO DIREITO DO RATO.

APARECE UM SUBMENU "Criar nova pasta".



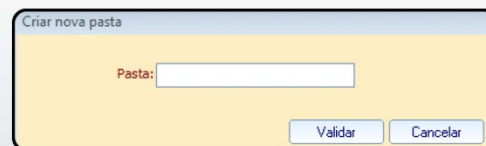
CEJ

CLICAR NO SUBMENU, ABRINDO A CAIXA

"Criar nova pasta"

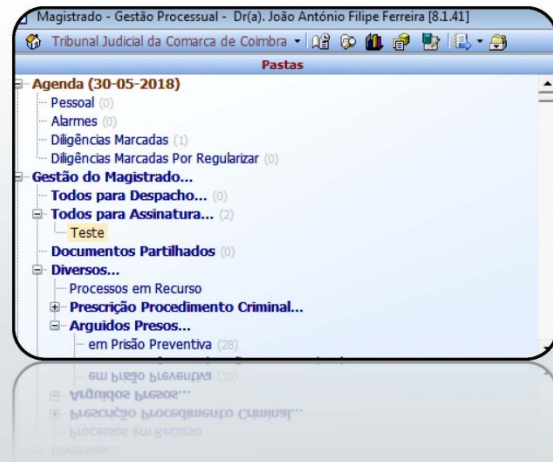
NA CAIXA "Criar nova pasta" DAR UM NOME À PASTA (ex.: Teste) E CLICAR EM

"Validar"



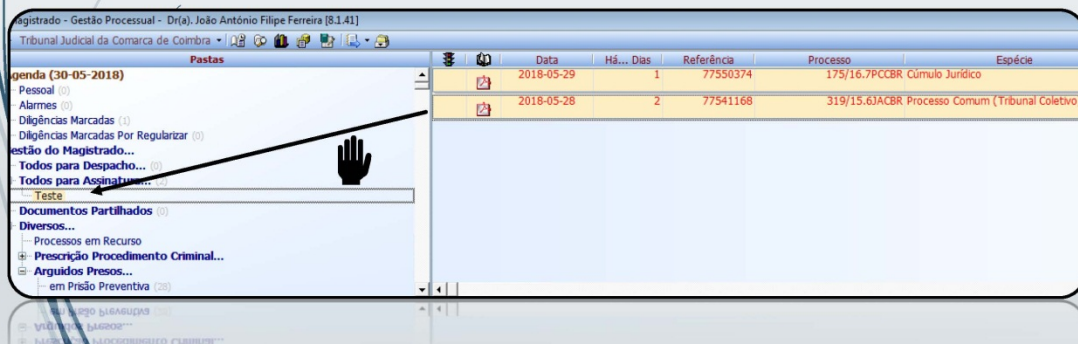
CEJ

A PARTIR DAQUI QUER A SECÇÃO, QUER O MAGISTRADO PODERÃO COLOCAR TODOS OS PROCESSOS PARA DESPACHAR NA REFERIDA SUBPASTA.



CEJ

PARA COLOCAR PROCESSOS NA SUBPASTA, BASTA SELECIONAR OS PROCESSOS E ARRASTÁ-LOS PARA A SUBPASTA (sem nunca largar o botão esquerdo do rato)



4. Utilização de dois monitores



CEJ

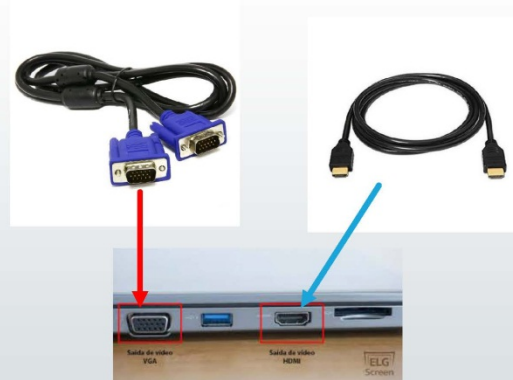
VANTAGENS DE 2 MONITORES:

- ▶ AO ALARGAR O AMBIENTE DE TRABALHO, É POSSÍVEL COLOCAR DUAS OU MAIS APLICAÇÕES ABERTAS E VISÍVEIS AO MESMO TEMPO E LADO A LADO
- ▶ PERMITE FAZER COPY/PAST ENTRE OS DUAS APLICAÇÕES ABERTAS COMO SE DE UMA SÓ APLICAÇÃO SE TRATASSE.

CEJ

1º PASSO:

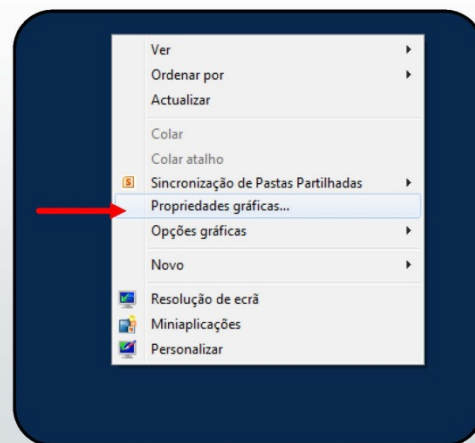
LIGAR O CABO VGA OU
HDMI DO MONITOR AO
COMPUTADOR



CEJ

2º PASSO:

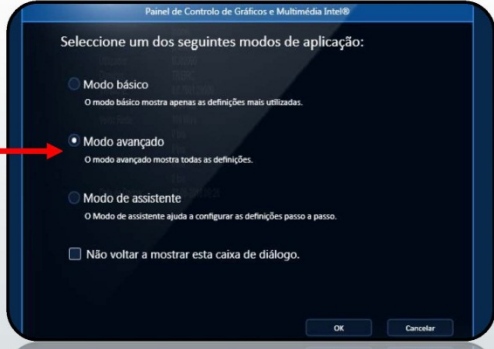
NO AMBIENTE DE TRABALHO,
CLICAR NO BOTÃO DIREITO DO
RATO E SELECIONAR
“Propriedades gráficas”



CEJ

3º PASSO:

ESCOLHER A OPÇÃO “**Modo avançado**” E CLICAR EM “**OK**”.



CEJ

4º PASSO:

SELECCIONAR “**Modo avançado**”



CEJ

5º PASSO:

SELECCIONAR “Vários monitores”




The screenshot shows the Intel Graphics Control Panel window. On the left, under the 'Monitor' section, the 'Vários monitores' option is highlighted with a red arrow. The right-hand pane shows various display settings like 'Modo de funcionamento' and 'Monitor principal'.

CEJ

6º PASSO:

NA OPÇÃO “Modo de Funcionamento”, SELECCIONAR “Ambiente de trabalho alargado”



The screenshot shows the Intel Graphics Control Panel with the 'Modo de funcionamento' dropdown menu open. A red arrow points to the 'Ambiente de trabalho alargado' option, which is selected with a checkmark. Another red arrow points to the 'Posicionamento' section below.

CEJ 7º PASSO:

ESCOLHER QUAL SERÁ O MONITOR PRINCIPAL (que será indicado pelo número 1) E O SEGUNDO MONITOR (que será indicado pelo número 2)

**CEJ 8º PASSO:**

A POSIÇÃO DOS MONITORES PODE SER ALTERADA. BASTA SELECIONAR A IMAGEM DO MONITOR E MANTENDO O BOTÃO ESQUERDO DO RATO PRIMIDO, ARRASTAR PARA O LADO ESQUERDO OU DIREITO.



CEJ **9º PASSO:**

ESTANDO TODAS AS OPÇÕES SELECCIONADAS, CLICAR EM "Aplicar".



CEJ

AO ABRIR UMA APLICAÇÃO (ex.: Word, Google...) A MESMA FICARÁ POR DEFEITO NO MONITOR PRINCIPAL

PARA ARRASTAR ESSA APLICAÇÃO PARA O SEGUNDO MONITOR BASTA MINIMIZAR A PÁGINA ABERTA DA APLICAÇÃO E ARRASTAR PARA O SEGUNDO MONITOR.

AÍ VOLTA-SE A MAXIMIZAR A PÁGINA E ELA RETOMARÁ O TAMANHO DO ECRÃ.

5. Visualização do processo digital



CEJ

O PROCESSO DIGITAL PODE SER VISUALIZADO DE 5 FORMAS:

- ▶ HISTÓRICO DO PROCESSO
- ▶ ÍNDICE DAS MATÉRIAS
- ▶ ACTOS DOS MAGISTRADOS
- ▶ FOLHEAR PROCESSO
- ▶ DESTAQUES DO PROCESSO

The slide contains a list of five ways to visualize the digital process. Each item is preceded by a blue arrow pointing to the right. The text is in a clean, sans-serif font. A blue arrow-shaped graphic on the left contains the acronym 'CEJ'.

CEJ

HISTÓRICO DO PROCESSO

CLICANDO NA OPÇÃO "Histórico do Processo" PODEMOS VER TODO O PROCESSO DIGITAL NUM FICHEIRO PDF

CEJ

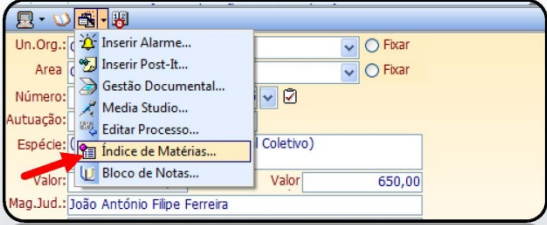
ÍNDICE DAS MATÉRIAS

CLICANDO NA OPÇÃO "Índice das Matérias", É CRIADO UM FICHEIRO PDF COM PARTES SELECCIONADAS DO PROCESSO DIGITAL

CEJ

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

PARA AUMENTAR OU REDUZIR OS DOCUMENTOS QUE FARÃO PARTE DESSE PDF, CLICA-SE SOBRE A OPÇÃO “Índice de Matérias”

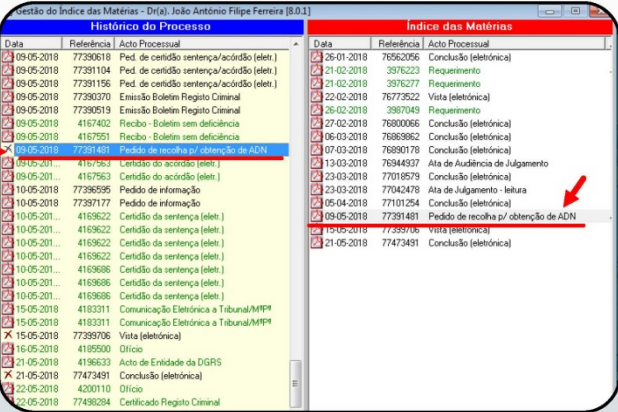


CEJ

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

ABRE-SE UMA CAIXA , TENDO LADO A LADO O “Histórico do Processo” E O “Índice das Matérias”.

PARA ADICIONAR, CLIQUE 2 VEZES NO BOTÃO ESQUERDO DO RATO SOBRE O DOCUMENTO EXISTENTE NO “Histórico do Processo” PASSANDO ESTE PARA O “Índice das Matérias”.



Histórico do Processo			Índice das Matérias		
Data	Referência	Acto Processual	Data	Referência	Acto Processual
09-05-2018	77390619	Ped. de certidão sentença/acórdão (electr.)	26-01-2018	76562056	Conclusão (electrónica)
09-05-2018	77391104	Ped. de certidão sentença/acórdão (electr.)	21-02-2018	3976223	Requerimento
09-05-2018	77391156	Ped. de certidão sentença/acórdão (electr.)	21-02-2018	3976277	Requerimento
09-05-2018	77390370	Emissão Boletim Registo Criminal	22-02-2018	76773522	Vista (electrónica)
09-05-2018	77390519	Emissão Boletim Registo Criminal	26-02-2018	3907049	Requerimento
09-05-2018	4167402	Recibo - Boletim sem deficiência	27-02-2018	76800066	Conclusão (electrónica)
09-05-2018	4167551	Recibo - Boletim sem deficiência	06-03-2018	76869862	Conclusão (electrónica)
09-05-2018	77391491	Pedido de recolha p/ obtenção de ADN	07-03-2018	76890178	Conclusão (electrónica)
09-05-2018	4167563	Lertidão do acórdão (electr.)	13-03-2018	76944937	Ata de Audiência de Julgamento
09-05-2018	4167563	Certidão do acórdão (electr.)	23-03-2018	77019579	Conclusão (electrónica)
10-05-2018	77396595	Pedido de informação	23-03-2018	77042476	Ata de Julgamento - leitura
10-05-2018	77391777	Pedido de informação	05-04-2018	77101254	Conclusão (electrónica)
10-05-2018	4169622	Certidão da sentença (electr.)	09-05-2018	77391491	Pedido de recolha p/ obtenção de ADN
10-05-2018	4169622	Certidão da sentença (electr.)	15-05-2018	77399706	Vista (electrónica)
10-05-2018	4169622	Certidão da sentença (electr.)	21-05-2018	77473491	Conclusão (electrónica)
10-05-2018	4169686	Certidão da sentença (electr.)			
10-05-2018	4169686	Certidão da sentença (electr.)			
10-05-2018	4169686	Certidão da sentença (electr.)			
15-05-2018	4183311	Comunicação Electrónica a Tribunal/MFP			
15-05-2018	4183311	Comunicação Electrónica a Tribunal/MFP			
15-05-2018	7739706	Vista (electrónica)			
16-05-2018	4189500	Ofício			
21-05-2018	4196633	Acto de Entidade da DIGRS			
21-05-2018	77473491	Conclusão (electrónica)			
22-05-2018	4200110	Ofício			
22-05-2018	77498294	Certificado Registo Criminal			

CEJ

PARA ELIMINAR UM ÍTEM DO “Índice das Matérias”, BASTA CLICAR 2 VEZES NO BOTÃO ESQUERDO DO RATO SOBRE O ÍTEM A ELIMINAR E ELE PASSARÁ A CONSTAR SÓ DO “Histórico do Processo” (ex.: na figura clicou-se no item de 09.05.2018 e ele desapareceu e retomou ao histórico do Processo)

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

CEJ

ESTA OPÇÃO PERMITE CRIAR UM FICHEIRO PDF SÓ COM AS PROMOÇÕES E DESPACHOS JUDICIAIS

ACTOS DO MAGISTRADO

CEJ

FOLHEAR PROCESSO

A OPÇÃO "Folhear Processo" PERMITE VER UM HISTÓRICO DO PROCESSO (DOCUMENTO A DOCUMENTO) COM UM MENU DO LADO ESQUERDO COM A DATA DA CRIAÇÃO DO MESMO E A SUA REFERÊNCIA.

PODE-SE GUARDAR OU IMPRIMIR DOCUMENTO A DOCUMENTO

The screenshot shows a web application interface for searching legal processes. At the top, there is a search bar with the text 'Folhear Processo' and a dropdown menu for 'Un. Org.' set to 'Tribunal Central - Juiz 3'. Below this, there are several input fields: 'Area' (Criminal (Central)), 'Número' (252/16-4PBFIG), 'Autuação' (24-01-2018), 'Espécie' (pn) Processo Comum (Tribunal Coletivo), and 'Valor' (650,00). A red arrow points to the search button. Below the search fields, there is a list of search results with columns for 'Área', 'Data', and 'Valor'.

The screenshot shows the 'Histórico do Processo' interface. On the left, there is a list of documents with columns for 'Data', 'Referência', and 'Data'. The main area displays the details of a selected document, including the 'Processual' number (252/16-4PBFIG) and the 'Mag. Jud.' (João António Filipe Ferreira). The details include a list of 'Propriedades' and a description of the document's content.

Data	Referência	Data
29-05-2018	42197...	29/05/2018
22-05-2018	42094...	
22-05-2018	774	
22-05-2018	42001...	
21-05-2018	41966...	

CEJ

DESTAQUES DO PROCESSO

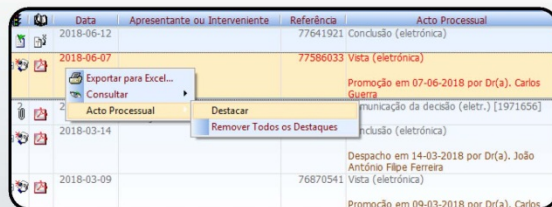
- ❑ ESTA OPÇÃO PERMITE SELECIONAR INDIVIDUALMENTE QUALQUER ACTO PROCESSUAL, CRIANDO UM PROCESSO DIGITAL TOTALMENTE PERSONALIZADO.
- ❑ AINDA QUE NÃO SEJA POSSÍVEL CRIAR UM PDF COM OS ACTOS ESCOLHIDOS, OS MESMOS ESTARÃO DISPONÍVEIS NO ECRÃ PRINCIPAL NA JANELA "Histórico do Processo".

CEJ

CLICAR NO ACTO A DESTACAR E COM O BOTÃO DIREITO DO RATO ABRIR O SUBMENU.

NESTE ESCOLHER "Acto Processual" E DEPOIS "Destacar"

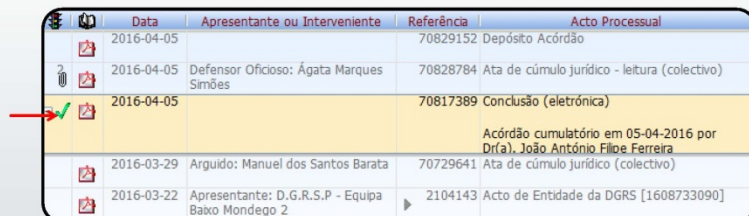
REPETIR PARA CADA ACTO A DESTACAR .



CEJ

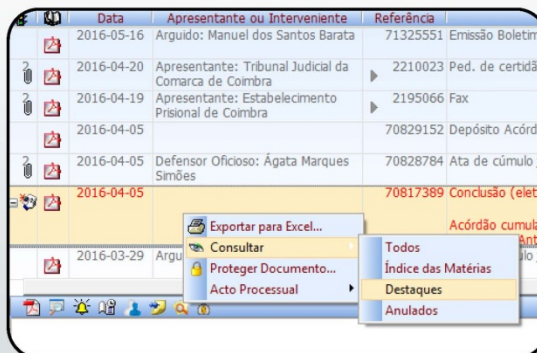
DESTAQUES DO PROCESSO

O ACTO DESTACADO FICARÁ COM UMA MARCA VERDE"



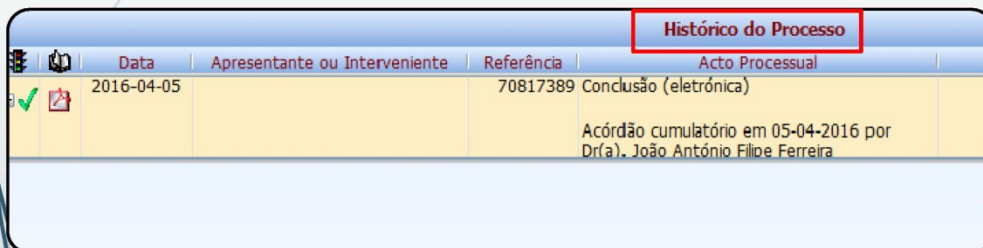
CEJ

REPETIR O 1.º PASSO TANTAS VEZES QUANTOS ACTOS A DESTACAR. PARA CONSULTAR OS ACTOS DESTACADOS, CLICAR EM QUALQUER ACTO E COM O BOTÃO DIREITO ABRIR O SUBMENU, SELECIONAR "Consultar" E DEPOIS "Destques".

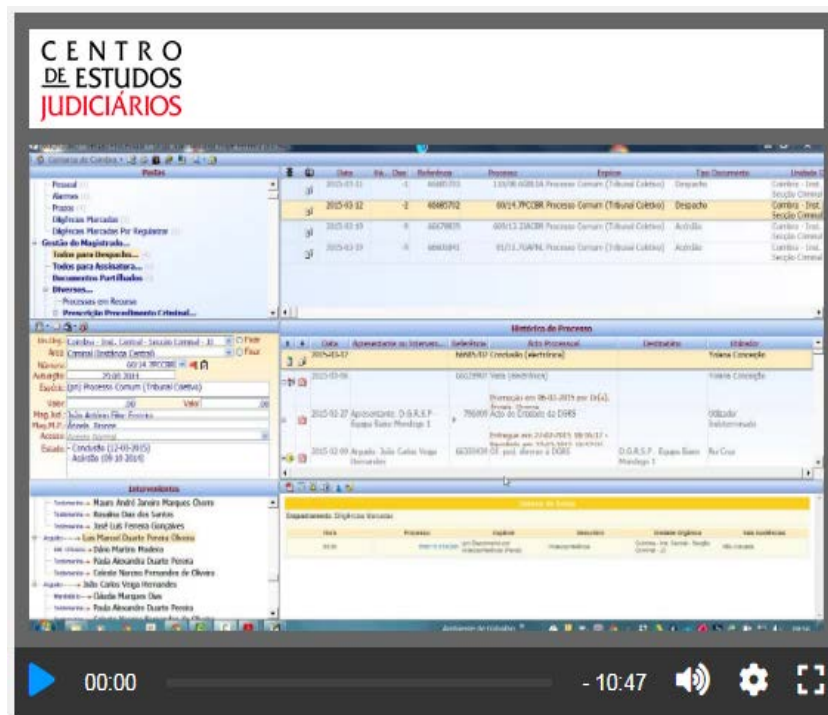


CEJ

NO "Histórico do Processo" SERÃO VIZUALIZADOS TODOS ACTOS DESTACADOS.

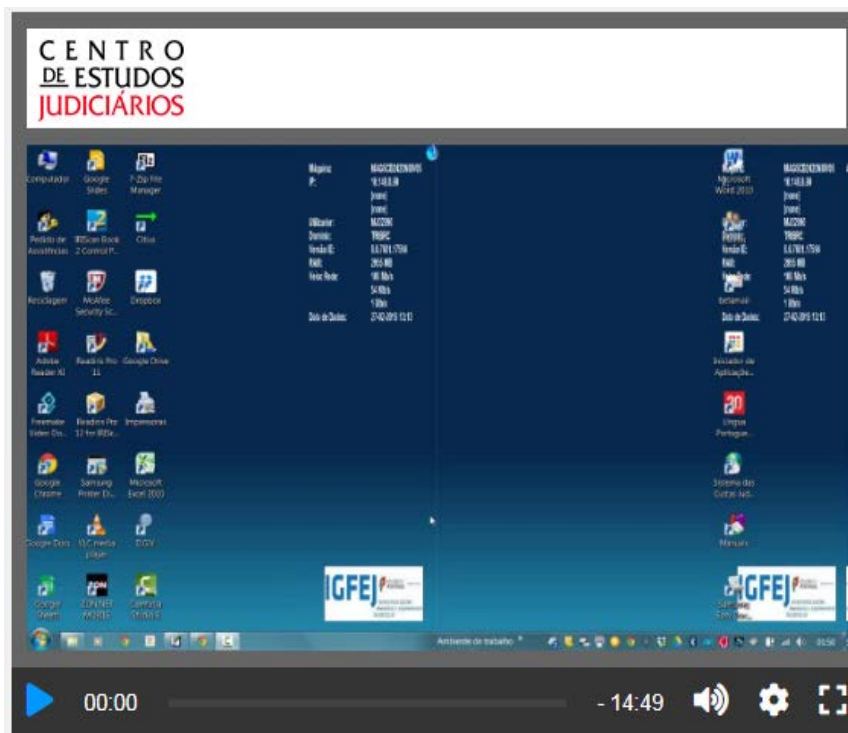


6. Citius



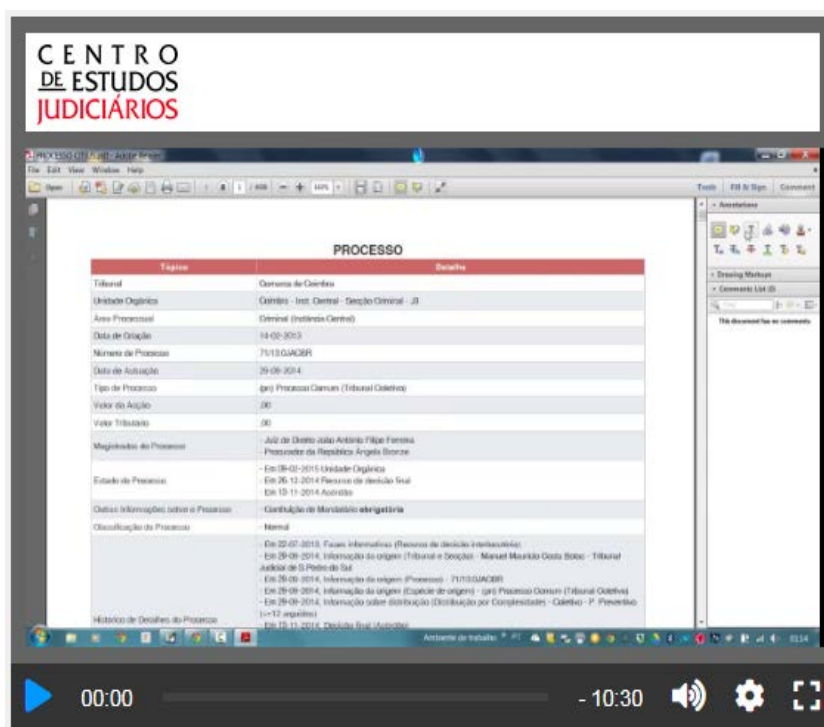
<https://educast.fccn.pt/vod/clips/210sjb6plx/html5.html?locale=pt>

7. Formulários em word



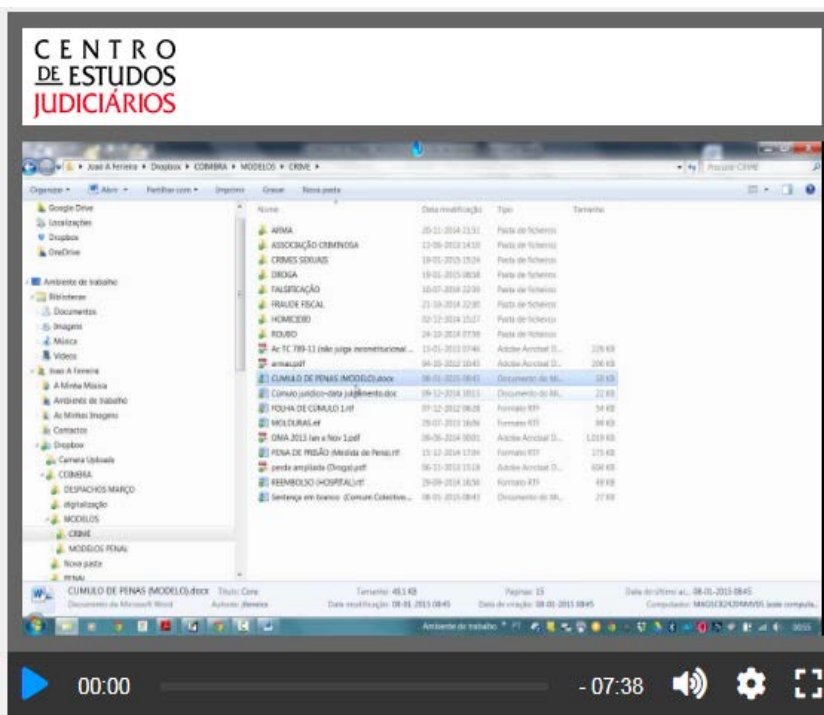
<https://educast.fccn.pt/vod/clips/21etnb3vsg/html5.html?locale=pt>

8. Adobe Reader e Impressora PDF



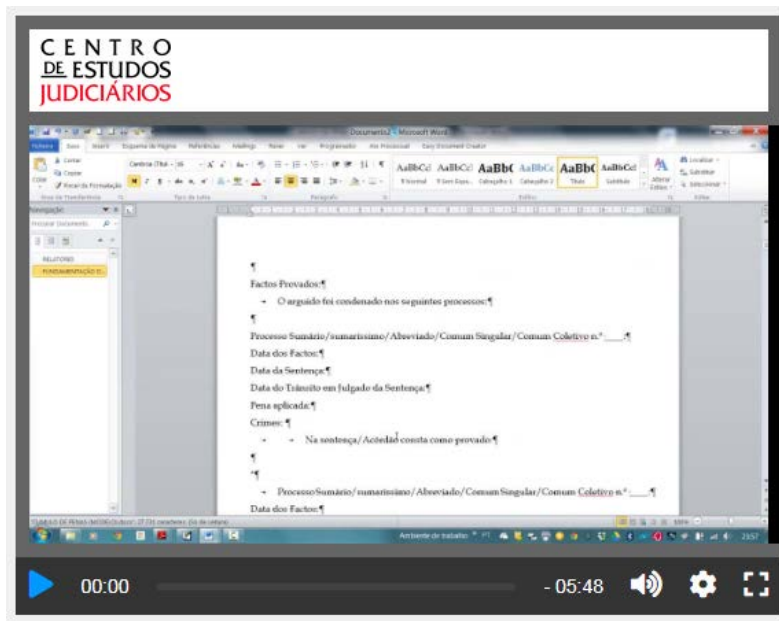
<https://educast.fccn.pt/vod/clips/26h824webe/html5.html?locale=pt>

9. Copy-Paste (Formatação de texto)



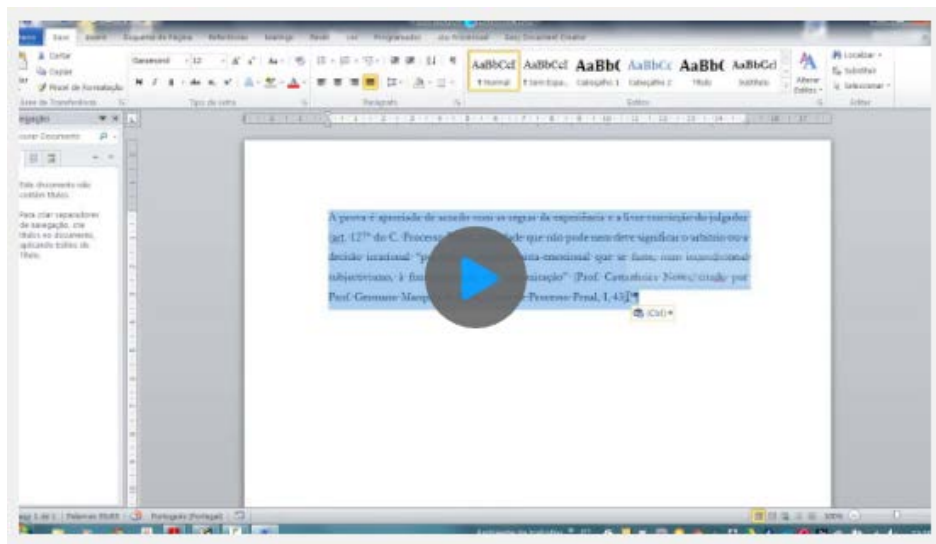
<https://educast.fccn.pt/vod/clips/1f72g8g3gq/html5.html?locale=pt>

12. Painel de Navegação



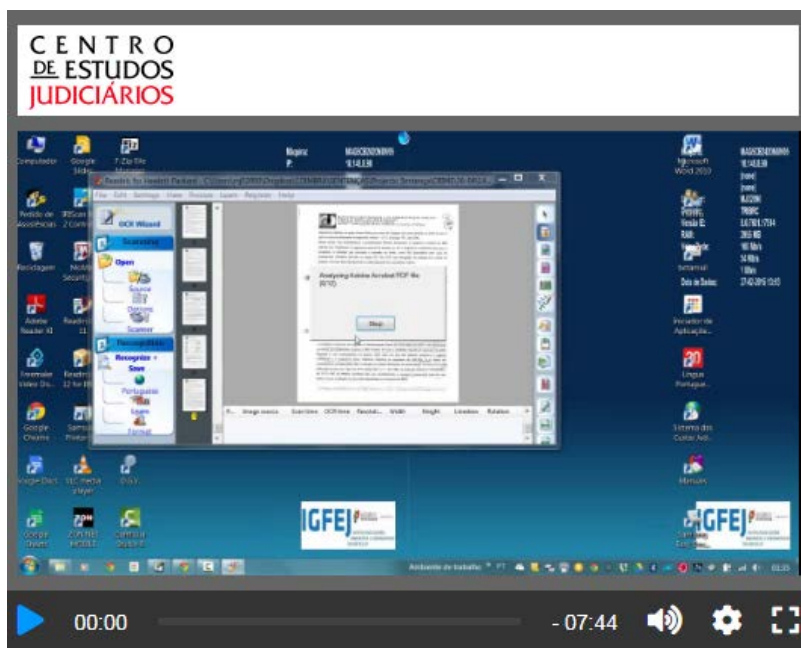
<https://educast.fccn.pt/vod/clips/1ra0tk4bmw/html5.html?locale=pt>

13. Texto Automático



<https://educast.fccn.pt/vod/clips/de2wvh0eg/html5.html?locale=pt>

14. Transformar PDF ou Imagem em Texto



<https://educast.fccn.pt/vod/clips/1cuvsyl18p/html5.html?locale=pt>

2.

PROJECTO UNALEX.EU - SISTEMA DE INFORMAÇÃO MULTILINGUE PARA A INTERPRETAÇÃO UNIFORME DOS INSTRUMENTOS NO DOMÍNIO DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA CIVIL

Anabela Sousa Gonçalves



CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

2. PROJECTO UNALEX.EU (THE INTERNATIONAL INFORMATION SYSTEM ON UNIFORM LAW) - SISTEMA DE INFORMAÇÃO MULTILINGUE PARA A INTERPRETAÇÃO UNIFORME DOS INSTRUMENTOS NO DOMÍNIO DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA CIVIL

Anabela Sousa Gonçalves*

**Projeto Unalex – Sistema de
informação multilingue para a
interpretação uniforme dos
instrumentos no domínio da
cooperação judiciária em matéria
civil**

Anabela Susana de Sousa Gonçalves
Professora Auxiliar da Escola de Direito da
Universidade do Minho

* Vice-Presidente e Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho.

Unalex

É um projeto financiado pela UE e a informação presente da base de dados foi alimentada durante o desenvolvimento do projeto, que terminou em 31 de dezembro de 2017.

Unalex

A Comissão Europeia apoia a Unalex por esta configurar um sistema europeu de informação legal:

1. com o objetivo de superar as barreiras linguísticas que existem entre os sistemas jurídicos dos Estados-Membros da União Europeia, e
2. por esta permitir o acesso à jurisprudência dos diferentes Estados-Membros em matérias de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional.

Unalex

A gama de produtos Unalex compreende:

- A coleção unalex de processos judiciais com mais de 7.800 decisões deliberadamente escolhidas, incluindo mais de 7.400 decisões internacionais com princípios orientadores.
- Compêndio unalex, uma coleção sistemática, atribuída por artigos, com explicações (C) e resumos de princípios (L) sobre instrumentos jurídicos selecionados. Ainda a ser desenvolvido.
- Uma coleção internacional de textos padrão sobre Direito Internacional Privado Europeu e Direito Internacional de Processo Civil atualizada.
- Materiais, incluindo relatórios oficiais e materiais legislativos internacionais.

Unalex

Coordenador do projecto: Professor Andreas Schwartz,
University of Innsbruck;

- Associados:
 - University of Innsbruck (Applicant)
 - IPR Verlag, Germany (Co-Beneficiary)
 - Università degli Studi di Genova – DDG, Italy (Co-Beneficiary)
 - Právnická fakulta Univerzity Karlovy v Praze, Czech Republic (Associate Partner)
 - SIA “Rīgas Juridiskā augstskola”, Latvia (Associate Partner)
 - Universitat de València. Estudi General – Departamento de Derecho Internacional, Spain (Associate Partner)
 - University of Zagreb – Faculty of Law, Croatia (Associate Partner)

Unalex

- Correspondentes nacionais:
 - Marion Hodac, France
 - Apostolos Anthimos, Greece and Cyprus
 - Egle Zemlyte, Lithuania
 - Professor Mateusz Pilich, Poland
 - Professor Anabela Gonçalves, Portugal
 - Ioana Burduf, Romania
 - Erik Sinander, Sweden
 - Professor Ales Galic, Slovenia
 - Ana Maria Ruiz Martin, Spain
 - Professor Tuulikki Mikkola, Finland
 - Professor Ian Refalo and John Refalo, Malta
 - Professor Kasper Steensgaard, Denmark
 - Veerle van den Eeckhout, Belgium/ Netherlands
 - Professeur Gilles Cuniberti, Luxemburg
 - Professor Gabor Palasti, Hungary

Unalex

A unalex oferece conteúdo em diversos idiomas, mas nem sempre em todos os idiomas. Por esse motivo, desenvolvemos **o melhor princípio de linguagem unalex**. Sob este princípio, a informação disponível em vários idiomas é oferecida na linguagem que é mais fácil para você entender.

Idiomas unalex: inglês, alemão, francês, italiano, espanhol.

Unalex

- **Sinalética**

▼ Recurso está disponível em vários idiomas

↗ Informação adicional.



Mudar para outro conteúdo.



Versão impressa do texto atual

Unalex

Compêndio

O Compêndio é uma visão geral sistemática da jurisprudência encontrada na Coleção de Casos unalex. Está organizado de acordo com os instrumentos legais - Regulamentos da UE e convenções internacionais - e de acordo com os artigos de cada instrumento legal. Em cada artigo, o Compêndio fornece uma visão geral dos casos estruturados por tópico.

Unalex

É uma coleção de casos referentes aos seguintes instrumentos jurídicos:

- Regulamento (CE) n.º 44/2001 do Conselho, de 22 de Dezembro de 2000, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (Bruxelas I)
- Regulamento (UE) n.º 1215/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2012, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (Bruxelas I *bis*)
- Regulamento (CE) n.º 1347/2000 do Conselho, de 29 de Maio de 2000, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e de regulação do poder paternal em relação a filhos comuns do casal (Bruxelas II)
- Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de Novembro de 2003, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000 (Bruxelas II *bis*)

Unalex

- Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho, de 29 de Maio de 2000, relativo aos processos de insolvência
- Regulamento (CE) n.º 1348/2000 do Conselho, de 29 de Maio de 2000, relativo à citação e à notificação dos actos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-Membros.
- Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares
- Regulamento (UE) n.º 1259/2010 do Conselho, de 20 de Dezembro de 2010, que cria uma cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial
- Regulamento (UE) n.º 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativo aos processos de insolvência

Unalex

- Regulamento (CE) n.º 805/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, que cria o título executivo europeu para créditos não contestados
- Regulamento (CE) n.º 1206/2001 do Conselho, de 28 de maio de 2001, relativo à cooperação entre os tribunais dos Estados-Membros no domínio da obtenção de provas em matéria civil ou comercial
- Regulamento (CE) n.º 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro de 2007, relativo à citação e à notificação dos actos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-Membros (citação e notificação de actos) e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1348/2000 do Conselho
- Regulamento (CE) n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento
- Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Julho de 2007, que estabelece um processo europeu para acções de pequeno montante

Unalex

- Regulamento (CE) n.º 864/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Julho de 2007, relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais (Roma II)
- Regulamento (CE) n.º 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho de 2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Roma I)
- Regulamento (UE) n.º 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu
- Regulamento (UE) 2016/1104 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas
- Regulamento (UE) 2016/1103 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais

Unalex

- Convenção das Nações Unidas de 11 de Abril de 1980 sobre o Contrato de Compra e Venda de Mercadorias.
- Convenção das Nações Unidas de 19 de Maio de 1956 sobre o Contrato Internacional de Mercadorias por Estrada
- Convenção relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial - celebrada em Lugano em 16 de Setembro de 1988
- Convenção relativa à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial - celebrada em Lugano em 2007
- Convenção da Haia de 25 de Outubro de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças
- Convenção da Haia de 5 de Outubro de 1961 Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Actos Públicos Estrangeiros
- Convenção da Haia de 18 de Maio de 1970 sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial
- Convenção da Haia de 15 de Novembro de 1965 Convenção Relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro dos Actos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial
- Protocolo da Haia de 15 de Novembro de 2007 sobre a lei aplicável às obrigações de alimentos
- Convenção de Roma sobre a Lei aplicável às Obrigações Contratuais

Unalex

1. Direito Processual civil internacional:

- Regulamento (CE) n.º 44/2001 do Conselho, de 22 de Dezembro de 2000, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (Bruxelas I)
- Regulamento (UE) n.º 1215/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2012, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (Bruxelas I *bis*)
- Regulamento (CE) n.º 805/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, que cria o título executivo europeu para créditos não contestados
- Regulamento (CE) n.º 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento
- Regulamento (CE) n.º 861/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Julho de 2007, que estabelece um processo europeu para acções de pequeno montante

Unalex

- Regulamento (UE) n.º 655/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio de 2014 que estabelece um procedimento de decisão europeia de arresto de contas para facilitar a cobrança transfronteiriça de créditos em matéria civil e comercial
- Regulamento (CE) n.º 1206/2001 do Conselho, de 28 de maio de 2001, relativo à cooperação entre os tribunais dos Estados-Membros no domínio da obtenção de provas em matéria civil ou comercial
- Regulamento (CE) n.º 1393/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro de 2007, relativo à citação e à notificação dos actos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-Membros (citação e notificação de actos) e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1348/2000 do Conselho
- Convenção relativa à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial - celebrada em Lugano em 2007
- Convenção de Haia de 30 de junho de 2005 sobre os Acordos de Eleição do Foro

Unalex

2. Direito internacional da família e das sucessões

- Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de Novembro de 2003, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000 (Bruxelas II *bis*)
- Regulamento (UE) n.º 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu
- Regulamento (UE) 2016/1104 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas

Unalex

- Regulamento (UE) 2016/1103 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais
- Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares
- Protocolo da Haia de 15 de Novembro de 2007 sobre a lei aplicável às obrigações de alimentos
- Convenção de Haia de 23 de Novembro de 2007 sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família
- Convenção de Haia de 19 outubro 1996 relativa à Competência, à Lei aplicável, ao Reconhecimento, à Execução e à Cooperação em matéria de Responsabilidade parental e de medidas de Proteção das Crianças

Unalex

3. Venda Internacional de Mercadorias

- Convenção das Nações Unidas de 11 de Abril de 1980 sobre o Contrato de Compra e Venda de Mercadorias.

Unalex

4. Direito europeu da insolvência

- Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho, de 29 de Maio de 2000, relativo aos processos de insolvência
- Regulamento (UE) n.º 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativo aos processos de insolvência

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

3.

ECLI - EUROPEAN CASE LAW IDENTIFIER

Ruben Juvandes



CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

3. ECLI - European Case Law Identifier

Ruben Juvandes*



* Juiz de Direito, Adjunto no Conselho Superior da Magistratura.

ECLI – European Case Law Identifier

Passos a seguir

- Definir a integração na Plataforma Digital da Justiça** → tribunais.org.pt (atualmente é <https://jurisprudencia.csm.org.pt/>)
- Web Services** → API para fornecimento de informação INCM, etc...
- Anonimização automática do portal da jurisprudência** → Sugestão de anonimização, mas obriga a revisão humana.
- Preparação para a integração com o CITIUS e SITAF**

ECLI – European Case Law Identifier

BASES DE DADOS JURÍDICAS – no DSGI

Bses de Dados Jurídicas	Documentos
1 Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça (58077 doc.)	58077
2 Reclamações para o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça	
3 Acórdãos do Tribunal Constitucional (até 1998) (6107 doc.)	6107
4 Link para o Tribunal Constitucional (Acórdãos)	
5 Link para o Tribunal Constitucional (Decisões Sumárias)	
6 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo (77915 doc.)	77915
7 Acórdãos do Tribunal dos Conflitos (786 doc.)	786
8 Pareceres da Procuradoria Geral da República (9278 doc.)	9278
9 Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto (51014 doc.)	51014
10 Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa (46112 doc.)	46112
11 Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra (11145 doc.)	11145
12 Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães (7190 doc.)	7190
13 Acórdãos do Tribunal da Relação de Évora (9047 doc.)	9047
14 Acórdãos do Tribunal Central Administrativo Sul (15137 doc.)	15137
15 Acórdãos do Tribunal Central Administrativo Norte (9683 doc.)	9683
16 Ministério Público - Tribunal Central Administrativo Sul (3973 doc.) (332 doc.)	4305
17 Registo de Cláusulas Contratuais Abusivas julgadas pelos tribunais (327 doc.)	327
18 Portal para o Direito da União Europeia	
19 Jurisprudência dos Julgados de Paz (6290 doc.)	6290

ECLI – European Case Law Identifier

Enquadramento



O que é o ECLI?

O European Case Law Identifier (**ECLI**) é um identificador normalizado reconhecível, legível e compreensível tanto por humanos como por computadores, passível de ser atribuído a todas as decisões judiciais de todos os tribunais nacionais ou europeus.

O ECLI consiste num identificador uniforme que tem o mesmo formato reconhecível para todos os Estados-Membros e tribunais da União Europeia.



ECLI – European Case Law Identifier

Principais Benefícios Esperados

**01**

Jurisprudência

Simplificação da citação de jurisprudência

Jurisprudência

Consulta nos tribunais nacionais e europeus facilmente pesquisável

02**03**

Repositório Único

Identificador exclusivo (ECLI).

Transparência

Melhor acessibilidade, qualitativa e quantitativa

04

ECLI – European Case Law Identifier

Enquadramento



Objectivo

Facilitar a citação inequívoca de julgamentos e melhorar a acessibilidade transfronteiriça da jurisprudência, através da criação de um sistema comum de identificação, de citação e de metadados da jurisprudência gerada no seio da UE.



ECLI – European Case Law Identifier

Enquadramento – Formato do Identificador



O ECLI em Portugal têm os seguintes atributos:

- «**ECLI**» European Case Law Identifier;
- «**PT**» O código do país;
- «**código do órgão jurisdicional**»:
- «**ANO**» o ano da decisão;
- «**Numero**» Um número de série até 25 caracteres que, no caso português, tem por base o número de processo (acrescido, por vezes, dos caracteres identificadores apostos aquando da distribuição dos processos nos tribunais superiores.

Todos os componentes são separados por dois pontos. Um exemplo de um ECLI português:

ECLI : PT : TRC : 2017 : 198.15.3GCACB.C1



ECLI – European Case Law Identifier

Interligações do Projeto

BO-ECLI

- 16 Estados-Membros
- <https://youtu.be/nf4JIZJ-n9E>


Portal Europeu de Justiça

- Comunicação de metadados
- Motor de pesquisa em várias línguas




ECLI – European Case Law Identifier

Onde já se encontra implementado



- Já implementado
- Implementação iniciada
- Implementação não iniciada



ECLI – European Case Law Identifier

Coordenador Nacional



O coordenador do ECLI para Portugal é o Conselho Superior da Magistratura

O coordenador nacional do ECLI é responsável pela criação da lista de códigos para os órgãos jurisdicionais participantes, pela publicação da forma de composição do numeral ordinal e por quaisquer outras informações relevantes para o funcionamento do sistema ECLI.



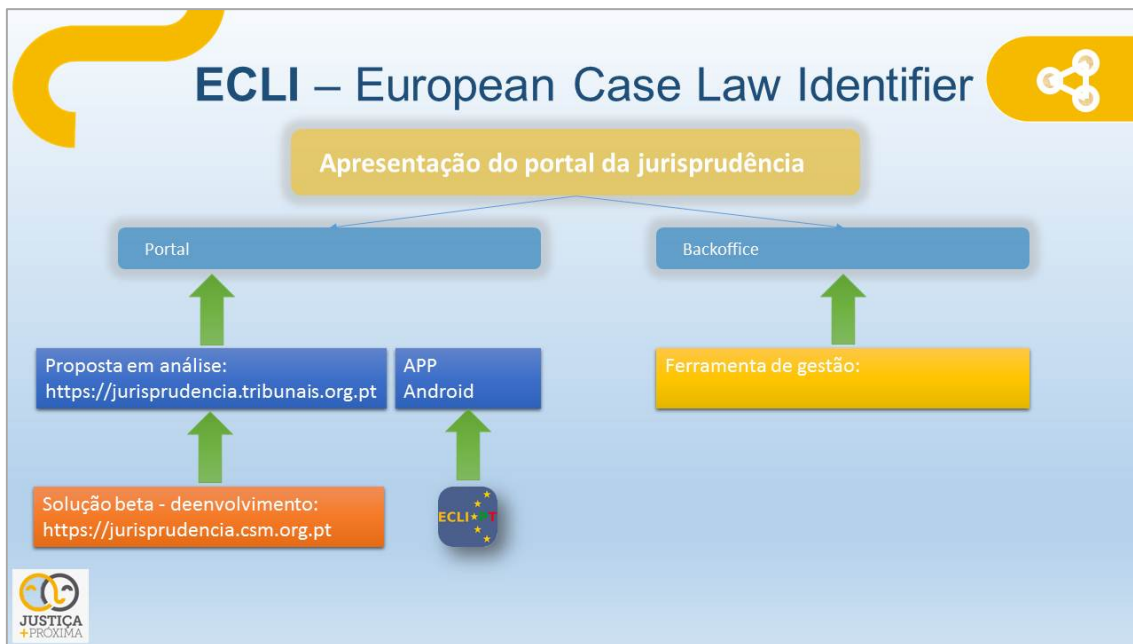
ECLI – European Case Law Identifier

Cooperante



- O IGFEJ assume desde há muito a gestão e manutenção da plataforma de jurisprudência nacional – DGSJ;
- Assiste e apoia as entidades publicadoras;
- É parceiro no desenvolvimento do projeto ECLI e assegurará a infraestrutura do mesmo.
- Assegurará a manutenção do DGSJ até à implementação total do novo portal de jurisprudência (produto da implementação do ECLI em Portugal)





ECLI – European Case Law Identifier

Plataforma Digital da Justiça



The screenshot shows the homepage of JUSTIÇA.GOV.PT. The navigation menu includes: TRIBUNAIS, RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS, PROTEÇÃO JURÍDICA, REGISTOS, JUSTIÇA CRIMINAL, JUSTIÇA JUVENIL, JUSTIÇA E ECONOMIA, and ORGÂNICA. The main banner features the slogan "A Justiça está mais próxima de si" and a search bar with the text "Pesquisar" and "Pesquise a informação, o serviço ou o organismo que necessita". To the right of the search bar are five yellow buttons: Partilha, Legislação, Jurisprudência, Biblioteca, and Transformação Digital.

ECLI – European Case Law Identifier

Domínio tribunais.org.pt




The screenshot shows the website tribunais.org.pt. The header includes the word "Tribunais". Below the header, there is a message: "Em breve poderá encontrar nesta página todos os serviços digitais dos Tribunais". Underneath, it says "Neste momento pode aceder a partir daqui a estes portais:" followed by two links: "Portal dos Tribunais Judiciais de Primeira Instância" and "Portal dos Tribunais Administrativos e Fiscais".

Património cultural *online* da Justiça


Enquadra-se no Plano Justiça mais Próxima – 4 medidas:


- Biblioteca *online* da Justiça (medida 20)
- Inventariação do espólio para a organização dos núcleos museológicos da Justiça (medida 154)
- Arquivo Histórico do Ministério da Justiça (medida 225)
- Plano de Preservação Digital (medida 85)


Bibliotecas	Arquivos	Objetos museológicos
<ul style="list-style-type: none"> ○ Normas ISBD/UNIMARC ○ Ferramenta dedicada ○ Migração de registos 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Normas ISAD(G)/EAD ○ Ferramenta dedicada 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Normas SPECTRUM ○ Ferramenta dedicada



OPEN SOURCE LIBRARY SYSTEM






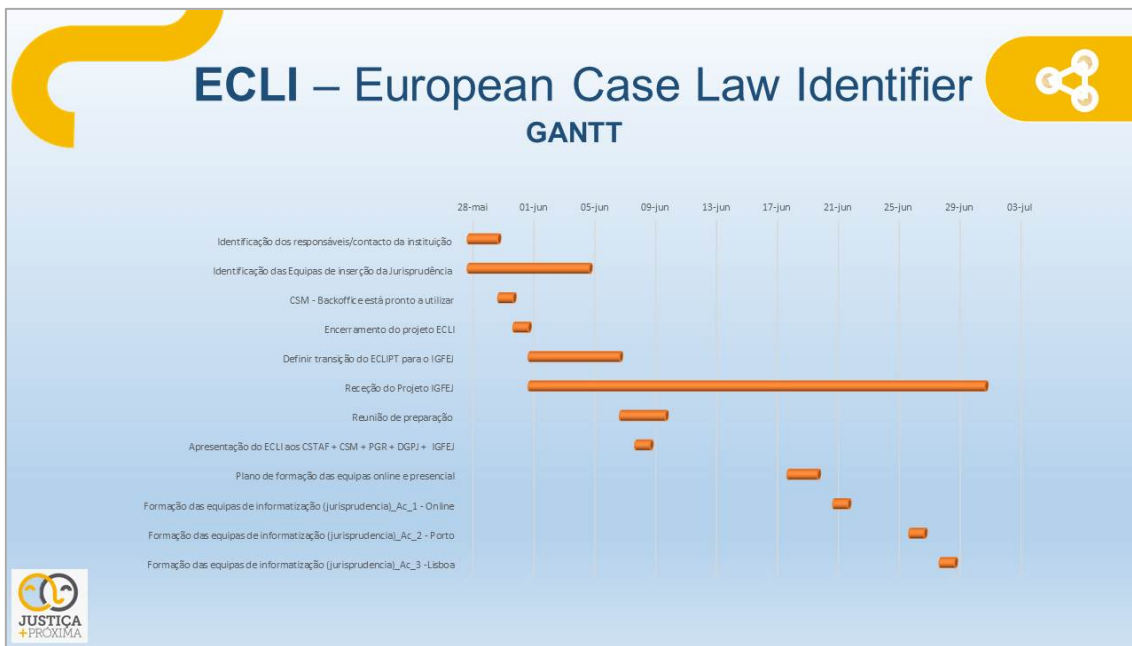


ECLI – European Case Law Identifier

Calendário de Tarefas - Sugestão

Tarefa	Data de inicio	Duração
Identificação dos responsáveis/contacto da instituição	28/mai	2
Identificação das Equipas de inserção da Jurisprudência	28/mai	8
CSM - Backoffice está pronto a utilizar	30/mai	1
Encerramento do projeto ECLI	31/mai	1
Definir transição do ECLIPT para o IGFEJ	01/jun	6
Receção do Projeto IGFEJ	01/jun	30
Reunião de preparação	07/jun	3
Apresentação do ECLI aos CSTAF + CSM + PGR + DGPI + IGFEJ	08/jun	1
Plano de formação das equipas online e presencial	18/jun	2
Formação das equipas de informatização (jurisprudencia)_Ac_1 - Online	21/jun	1
Formação das equipas de informatização (jurisprudencia)_Ac_2 - Porto	26/jun	1
Formação das equipas de informatização (jurisprudencia)_Ac_3 -Lisboa	28/jun	1





4.

DEMONSTRAÇÃO DO OPAC (ONLINE PUBLIC ACCESS CATALOG) DA BIBLIOTECA DO CEJ E DE OUTROS RECURSOS DISPONÍVEIS ON- LINE,

Paula Tomás



CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

4. DEMONSTRAÇÃO DO OPAC (ONLINE PUBLIC ACCESS CATALOG) DA BIBLIOTECA DO CEJ E DE OUTROS RECURSOS DISPONÍVEIS *ON-LINE*

Paula Tomás*

1. Demonstração do OPAC da Biblioteca do CEJ e de outros recursos disponíveis *on-line*
2. Lista de revistas *on-line*
3. Manual das normas portuguesas NP405

1. Demonstração do OPAC da Biblioteca do CEJ e de outros recursos disponíveis *on-line*

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

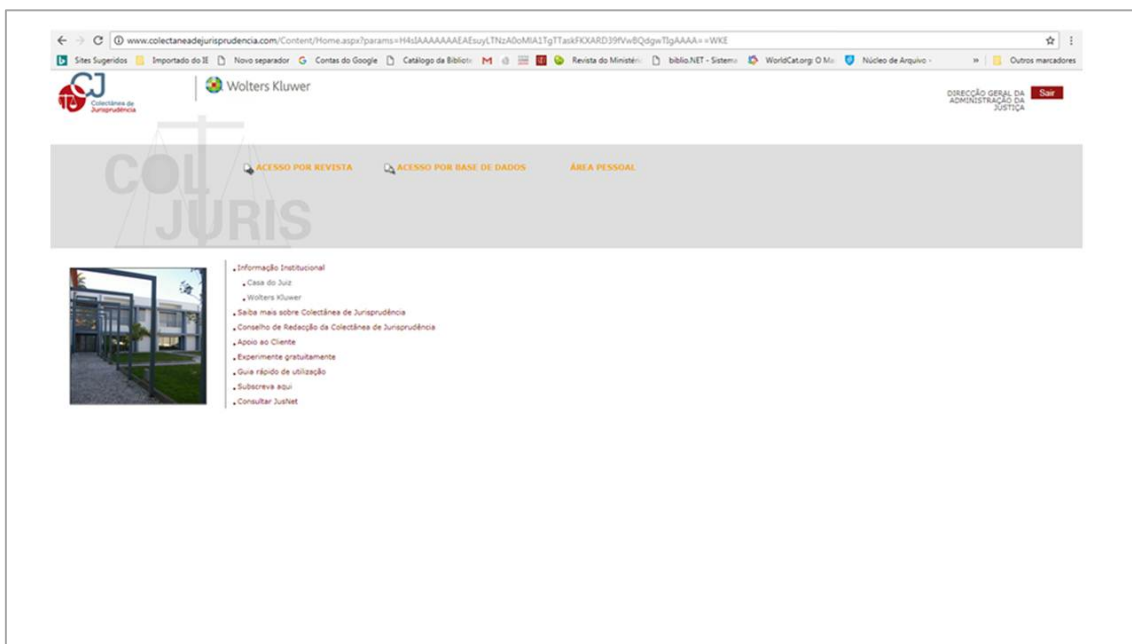
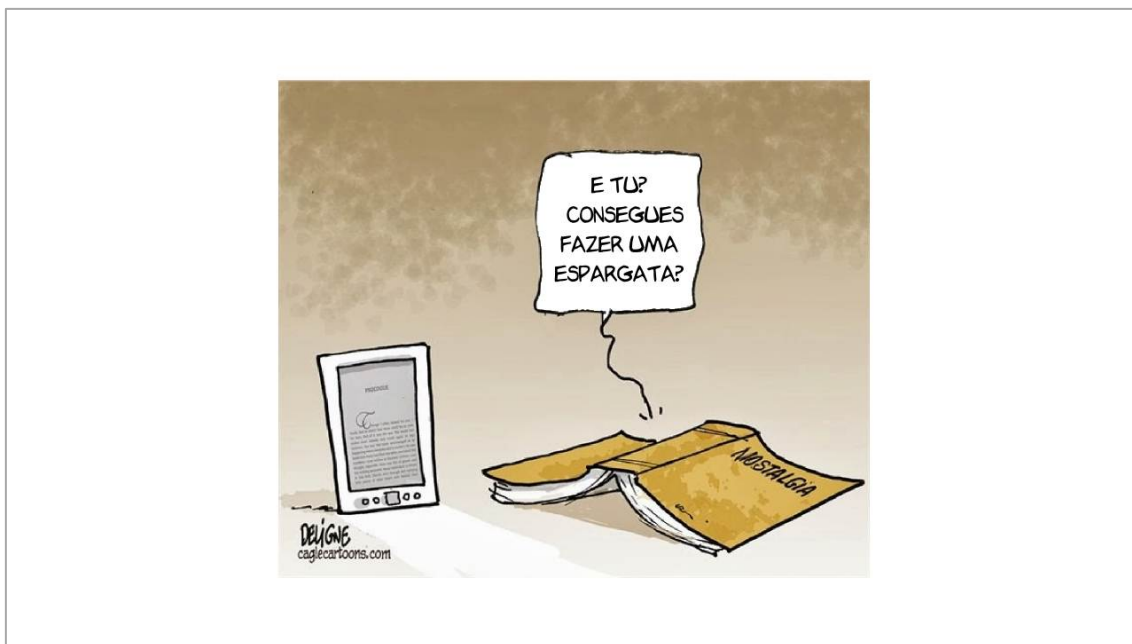
Demonstração do OPAC e de outros recursos
disponíveis *on-line*

Paula Tomás

Objetivos

- Identificar recursos disponíveis *on-line***
- Explorar as funcionalidades das bases de dados**
- Reconhecer os elementos essenciais de uma referência bibliográfica**

* Chefe de Divisão CEDOC – Biblioteca do CEJ.



Exercício prático

Preciso de encontrar acórdãos sobre

- ***Plano e ação para o risco de incumprimento (PARI)***
- **Assento de casamento ou Assento matrimonial**

Revistas em texto integral on-line

biblio.NET
Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas | Pesquisa

Início | Pesquisa simples | Percorrer índice | Pesquisa avançada | Histórico de sessão | Meus registos | Iniciar sessão | Opções | Ajuda

O que pretende fazer?

Pesquisas predefinidas: Registos entrados hoje | Esta semana | Últimos 15 dias | Últimos 30 dias | Mês anterior

Pesquisar o catálogo
Consulte o catálogo da biblioteca, recorrendo a várias opções de pesquisa. Pode pesquisar o catálogo por vários critérios (Autor, Título, Assunto, ISBN, etc.). Pode ainda criar expressões de pesquisa complexas recorrendo a operadores booleanos e cruzar vários índices.

Área pessoal
Consulte todos os movimentos de empréstimo, reservas, renovações, penalizações, etc. O acesso a este serviço está condicionado e implica estar registado e ter autorização da biblioteca. Se é um utilizador registado, pode reservar e renovar os documentos em empréstimo.

Como funciona este serviço?
Através desta interface pode consultar o catálogo e obter informações acerca dos exemplares e a localização de documentos na biblioteca. Caso seja um utilizador registado pode ainda e ter acesso aos serviços de reserva e renovação de documentos. Para mais informações consulte o regulamento da biblioteca.

Inscrever-se como leitor
Para ter acesso a algumas funcionalidades deste serviço on-line deve estar registado. Dependendo de condições de admissão pode ter acesso a determinados serviços tais como: renovações, reservas, etc. Consulte o regulamento da biblioteca para obter mais informações acerca deste serviço.

Informações gerais
A consulta do catálogo é de acesso livre. Contudo, alguns serviços disponibilizados pela biblioteca são condicionados e restritos apenas a utilizadores registados. Para mais informações acerca dos serviços disponibilizados consulte o regulamento ou contacte directamente a biblioteca.

Já é um leitor registado?
Inicie uma sessão para ter acesso aos serviços disponibilizados pela biblioteca. Depois de se identificar pode consultar os seus movimentos de empréstimo (incluindo o histórico), aceder ao serviço de renovação, reservas e criar listas de salvaguarda de registos.

A autorização do acesso após o registo está sujeita a confirmação da biblioteca.

f t e G+ + 16

Exercício prático

Preciso de encontrar os seguintes documentos:

- ***Perquilhas, e-book e estrangeiros***
- ***dark e Web***
- **artigos posteriores a 2015, sobre lei tutelar educativa**

NP 405

NP 405 – 1 *Documentos impressos*

NP 405 – 2 *Materiais não livro*

NP 405 – 3 *Documentos não publicados*

NP 405 – 4 *Documentos electrónicos*

Elementos

Essenciais

Facultativos

Recomendáveis

Ordem de apresentação – Monografias

APELIDO, Primeiros Nomes – Título. Edição. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. ISBN

Ordem de apresentação – E-books

**APELIDO, Primeiros Nomes – Título [Em linha]. Edição.
Local de publicação: Editor, Ano de publicação, actual.
dd/mm/aaaa. [Consult. Data de consulta]. Disponível na
internet: <URL: >. ISBN**

Trabalho de grupo - Monografia

CASTELO BRANCO, Camilo - **Maria! não me mates, que sou tua mãe!**. 2. ed. Lisboa : Nova Ática, 2007. ISBN 978-972-617-204-8

Trabalho de grupo – E-book

CÂMARA, Carla; MESQUITA, Maria José Rangel de - **Guia prático do reenvio prejudicial** [Em linha]. 1. ed. Lisboa : Centro de Estudos Judiciários, 2012. [Consult.1 jun. 2018]. Disponível na internet:
<URL:<http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/GuiaReenvioPrejudicial/guia.pratico.reenvio.prejudicial.pdf>>. ISBN 978-972-9122-24-8

Exceções

[s.l.] – sem local de edição (do latim sine loque)

[s.n.] – sem nome de editor (do latim sine nomine)

[s.d.] – sem data de publicação (do latim sine datum)

2. Lista de revistas on-line

DIREITO

– Boletim do Observatório da Legislação Portuguesa (Do n.º 0 ao 7)

<http://olp.cedis.fd.unl.pt/publicacoes/>

– Boletim da Ordem dos Advogados (a partir de 2009) (n.º 57/ago. 2009 até n.º 137 abr. 2016)

<http://www.oa.pt/Publicacoes/Boletim/default.aspx?idc=30777&idsc=100033>

– Boletim de Ciências Económicas (Vol. 58 de 2015)

<https://impactum.uc.pt/pt-pt/node/113307>

– Boletim do trabalho e emprego (BTE) – 1.ª série (1977 até n.º19/2018 de 22 de maio)

Separatas (n.º 1/2005 até n.º 21/2018 de 24 de maio)

<http://bte.gep.msess.gov.pt/>

– Boletim Informativo do Conselho Superior da Magistratura (a partir de 2004 até 2016)

<http://www.csm.org.pt/publicacoes/boletim>

– Data Venia (n.º 1 de 2012 a n.º 7 de 2017)

<http://www.datavenia.pt/edicoes>

<http://www.datavenia.pt/ficheiros/> (dá para tirar texto a texto em pdf)

– Estudos de Direito do Consumidor (do n.º 1 até ao n.º 13)

<http://www.fd.uc.pt/cdc/revista.html>

– Forum de proteção de dados – Comissão Nacional de Proteção de Dados (n.º 1 julho de 2015 até n.º 4 julho 2017)

<https://www.cnpd.pt/bin/revistaforum/revistaforum.htm>

- Galileu – Revista de Economia e Direito (Volume I, n.º 1 Janeiro a Junho de 1996 até Volume XVII n.º 1 e 2 Janeiro a Dezembro, 2012)
<http://journals.ual.pt/galileu/index.php/pagina-exemplo/>
- Julgar on-line / Associação Sindical dos Juizes Portugueses (N.º 1 a 28)
<http://julgar.pt/>
- JURISMAT – Revista Jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (N.º 1 a 10, N.º especial)
<http://www.ismat.pt/pt/investigacao/118-investigacao-direito.html>
- Lex Medicinæ - Centro de Direito Biomédico (n.ºs 21-22 2014 até 27-28 -2017)
http://www.ij.fd.uc.pt/publicacoes_lexmedicinae.html
- Lusíada. Direito (Lisboa) (n.º 1 2003 até n.º16 de 2016)
<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/ldl/issue/archive>
- Lusíada. Direito (Porto) (n.º 1-2 de 2010 até 7/8 de 2013)
<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/ldp/issue/archive>
- Lusíada. Direito e Ambiente (n.º 1 de 2008 até n.º 2 e 3 de 2011 + n.º especial de 2011)
<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lda/issue/archive>
- Revista da Ordem dos Advogados (Vol.I de 1941 até vol. I/II de 2015)
<http://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691&selectedYearID=242214>
- Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto (vol. 1 n.º 1/2012 até vol.2 n.º 10 2017)
<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rfdulp/issue/archive>
- Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (A. 1 (2004) ao A. 11 (2014)
http://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_base_gera_pagina?P_pagina=2327
- Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas (do n.º 1 de 2004 ao n.º 28 de 2017)
<http://parc.ipp.pt/index.php/rebules/issue/archive>
- Revista de direito comercial (2017-)
<https://www.revistadedireitocomercial.com/>
- Revista de Direito e Segurança (do n.º 1 de 2013 ao n.º 10 2017)
<http://cedis.fd.unl.pt/publicacoes/>
- Revista de direito público e regulação - Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE) (n.º 1 ao n.º 5)
<http://www.fd.uc.pt/cedipre/revistaonline.html>
- Revista do Direito de Língua Portuguesa (do n.º 1 ao n.º 10 de 2017)
<http://cedis.fd.unl.pt/publicacoes/>
- Revista do Ministério Público – SMMP (do n.º 1 a n.º 132)
<http://rmp.smmp.pt/e-rmp/>

- Revista jurídica da Universidade Portucalense Infante D. Henrique (n.º 16 (2014) até 22 (2017))
<http://revistas.rcaap.pt/juridica/issue/archive>
- Revista Jurídica Luso Brasileira | ISSN 2183-539X (n.º 1 de 2015 até 6 de 2017)
<http://www.cidp.pt/revistas/rjlb>
- Revista Portuguesa de Direito da Família -Centro de Direito da Família (n.º 21-22 de 2014 até 27-28 de 2017)
http://www.ij.fd.uc.pt/publicacoes/lexfamiliae/lexfamiliae_2014.pdf
- Revista Portuguesa do Dano Corporal (do n.º 16 de 2006 até 27 de 2016)
<https://impactum.uc.pt/pt-pt/revista?id=107850&sec=5>
- Actualidade Jurídica Uría Menéndez (n.º 1 até n.º 47)
<http://www.uria.com/pt/publicaciones/listado-revistas.html>
- Anuario de derecho europeo (n.º 1- 2001até n.º 5 de 2008)
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=2225>
<https://editorial.us.es/es/anuario-de-derecho-europeo>
- Anuario de la Facultad de Derecho - Universidad de Extremadura (do n.º 1 – 1982 até n.º 33 de 2017)
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=116>
- Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Madrid (n.º 1/1997 até n.º 18 de 2014)
<http://www.uam.es/otros/afduam/default.html>
- Boletim Científico - Escola Superior do Ministério Público da União (Brasil) (n.º 1 de 2001 n.º 46 de 2015 (especial))
<http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/>
- Droit et Société (n.º 1 de 1985 até n.º 92 de 2016)
http://www.persee.fr/issue/dreso_0769-3362_1985_num_1_1 (até 2000)
<http://www.cairn.info/revue-droit-et-societe.htm> (de 2000 até 2016)
- ERA Forum da Academy of European Law (ERA) (n.º 1 /2000 vol 18 n.º 3/2017)
https://www.era.int/cgi-bin/cms?_SID=NEW&_persistant_variant=/About%20ERA/Publications/ERA%20Forum&_template_variant3=ERA%20Forum&&_sprache=en&_bereich=artikel&_aktion=suche_rubrik&idrublik=1008&kategorie2=10038&_sortierung=datum_desc
- European Law Journal (vol 1/ 1995 até vol 24/ 2018)
<https://www.deepdyve.com/browse/journals/european-law-journal/2016/v22/i1>
[http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1468-0386/issues](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1468-0386/issues) (1990)
- Jueces para la Democracia. Información y debate (disponível desde o n.º 0 até ao n.º 68 jun. 2010)
<http://www.juecesdemocracia.es/revista/revista.htm>

– MERITUM- Revista de direito da Universidade FUMEC. Belo Horizonte (vol. 1 n.º 1/2006 até vol. 12, n.º 2 2017)

<http://www.fumec.br/revistas/meritum/issue/archive>

– Revista de administración pública (n.º 1/1950 até n.º 205/ 2018)

<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=1132>

– Revista de brasileira de direitos humanos (n.º. 1/1999 até n.º 16/2016)

<http://www.ibdh.org.br/ibdh/revistas.asp>

– Revista da ESMAFE (Brasil) (n.º1 até n.º 19 vol 3)

http://www.trf5.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=151

– Revista de informação legislativa, Brasília (Vol 54 n.º 213/2017 a vol. 54 n.º 216/2017)

<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/22>

– Revista do CEJ – Conselho de Justiça Federal (Brasil) (vol. 1, n.º 1 jan/abr 1997 até vol 21, n.º 73, set/dez 2017)

<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej>

– Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região (N.º 85 (jul.- dez. 2010) ao n.º 99 (dez. 2017) <https://www.trt8.jus.br/revista>

– Revista do Tribunal Superior do Trabalho -Brasil (a partir do volume 55 -1986 até vol. 83-2017)

<http://www.tst.jus.br/web/biblioteca/revista-do-tst>

– Revue internationale de droit compare (n.º 1-1/1949 até n.º 66-4/2014)

<http://www.persee.fr/collection/ridc>

– Revue juridique de l'Environnement (n.º 1/1976 até n.º 4 de 2013)

<http://www.persee.fr/collection/rjenv>

– The Italian journal of public law (n.º1/2009 até n.º 1/2018)

<http://www.ijpl.eu/archive>

OUTRAS

– Análise social : revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (n.º 1/1963 até n.º 226/2018)

<http://analisesocial.ics.ul.pt/>

– Boletim do Instituto de Apoio à Criança

<http://www.iacrianca.pt/index.php/divulgacao/boletim>

– Boletim do trabalho e emprego (1.ª série e separatas) (n.º 1/1977 até n.º 19 de 2018 e separatas desde 2005)

<http://bte.gep.msess.gov.pt/>

– Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) (n.º1 de 1997 até n.º 58 de 2017)

<http://www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/CadernosDoMercadoDeValoresMobiliarios/Pages/Cadernos-do-mercado-de-valores-mobiliarios.aspx>

– InfoCEDI do Instituto de Apoio à Criança (n.º 1 até ao n.º 75)

<http://www.iacrianca.pt/index.php/pt/divulgacao/infocedi>

– JANUS.ANUÁRIO (UAL) (1997 até 2017)

<http://www.janusonline.pt/index1.html>

– Revista crítica de ciências sociais (n.º 1/1978 até n.º 115/2018)

<http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php>

– Sociologia : revista da Faculdade de Letras do Porto (Série I, vol 1/1991 até vol 34/2017 e n.º temáticos 2012 a 2017)

<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111&sum=sim>

– Sociologia, problemas e práticas do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (1 de junho de 1986 até dezembro de 2013 e n.º 62 2010 até n.º 87 de 2018)

<http://sociologiapp.iscte.pt/>

3. Manual das normas portuguesas NP405



http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/eb_ReferenciasBiblio.pdf

Título:

**Otimizar a consulta e a utilização de ferramentas de gestão
(*citius*, *word* e base de dados)**

Ano de Publicação: 2018

ISBN: 978-989-8908-42-1

Coleção: Guias Práticos

Edição: Centro de Estudos Judiciários

Largo do Limoeiro

1149-048 Lisboa

cej@mail.cej.mj.pt